

Metáforas e objetivação: questões acerca da produção de sentidos nas representações sociais

Metaphors and objectification: questions about the production of meanings in social representations

Métaphores et objectivation: questions sur la production de sens dans les représentations sociales

Denise Teles Freire Campos

Instituto Suassuna/GO

phdcampos@terra.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2912-4974>

Márcio Silveira Lemgruber

Universidade Federal de Juiz de Fora

mslemgruber@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9269-5695>

Pedro Humberto Faria Campos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UNIVERSO-RJ

pedrohumbertosbp@terra.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-0844-8358>

RESUMO

O objetivo deste ensaio é apresentar algumas reflexões sobre o papel das metáforas nos estudos que se baseiam na Teoria das Representações Sociais visando fornecer pistas para o estudo da objetivação. As representações sociais são enunciadas frequentemente por metáforas durante a situação na qual são solicitadas. O presente trabalho retoma o papel central das figuras de linguagem, especialmente das metáforas, na formação dos discursos e do próprio pensamento e aponta o uso da Teoria da Argumentação como estratégia para colocar em evidência os conflitos sociais que marcam as representações sociais. Por fim, pode-se tratar uma representação social como um *sistema* semiótico, construído por metáforas e metonímias do objeto condensadas em torno de seu núcleo figurativo.

Palavras-chave: Metáforas. Núcleo Figurativo. Representações sociais. Retórica. Teoria da Argumentação.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to present some reflections on the role of metaphors in studies that are based on the Theory of Social Representations aiming to provide clues to the study of objectification. Social Representations are often enunciated by metaphors during the situation in which they are requested. The present paper retakes the central role of language

figures, especially metaphors, in the formation of discourses and the human thinking and points out the use of argumentation theory as a strategy to highlight the social conflicts that mark social representations. Finally, one can treat a social representation as a semiotic system, constructed by metaphors and metonymies of the object; and condensed around its figurative nucleus.

Keywords: *Argumentation Theory. Figurative Nucleus. Metaphors. Rethoric. Social Representations Theory.*

RÉSUMÉ

Le but de cet travail est de présenter quelques réflexions sur le rôle des métaphores dans les études basées sur la théorie des représentations sociales afin de fournir des indices pour l'étude de l'objectivation. Les représentations sociales sont souvent énoncées par des métaphores dans la situation dans laquelle elles sont demandées. Le présent travail reprend le rôle central des figures du discours, en particulier des métaphores, dans la formation des discours et de la pensée elle-même et souligne l'utilisation de la théorie de l'argumentation comme stratégie pour mettre en évidence les conflits sociaux qui marquent les représentations sociales. Enfin, une représentation sociale peut être traitée comme un système sémiotique, construit par des métaphores et des métonymies de l'objet; condensé autour de son noyau figuratif.

Mots-clé: *Métaphores. Noyau Figuratif. Rhétorique. Théorie de l' Argumentation. Théorie des Représentations Sociales.*

Introdução

Representações sociais são um conhecimento produzido socialmente e que mantém sua existência devido às relações sociais que o ancoram e dão coerência ao seu funcionamento. A grande atração que a *Teoria das representações Sociais* exerceu e exerce sobre pesquisadores do campo da saúde, da psicologia e da educação vem do fato de que essa teoria define um vínculo restrito, específico, muito forte entre “o que as pessoas pensam sobre um fenômeno ou evento social” (o conhecimento) e suas ações, condutas, comportamentos. Então, se queremos levar alguém a adotar condutas preventivas (contra a obesidade, a hipertensão, a gravidez precoce, ou a Aids, por exemplo), ou quando uma política pública considerada afirmativa visa engendrar, implementar ou consolidar práticas consideradas inclusivas, um caminho é conhecer suas representações sociais sobre esses fatos e buscar ou apoiar elementos positivos já existentes nessas representações ou combater elementos negativos. No campo da educação, por exemplo, o estudo das representações sociais das práticas e da profissão docentes tem produzido conhecimentos para entender a atuação de professores da educação básica, visando entender como as transformações históricas e institucionais são reconstruídas no

pensamento destes atores e suas consequências para a qualidade de ensino (ABDALLA; VILLAS BÔAS, 2017; SOUSA; VILLAS BÔAS, 2009; CASTRO, 2012).

Nesse cenário, um dos grandes desafios é de natureza metodológica: que garantias pode-se ter que o discurso (as falas, respostas em questionários, entrevistas, relatos) encontrado corresponde à rede de significados que os sujeitos realmente atribuem ao “objeto” estudado? Esse desafio está ligado à própria natureza das representações sociais como fenômeno construído nas interações sociais e na relação entre os membros de um grupo e o “objeto” de representação. Uma representação social não é um conhecimento ou produto que “está pronto” na mente dos indivíduos, como afirma Jodelet (1989), ela (a representação social) é mais um conhecimento *praticado*, vivido na ação, do que *pensado* ou refletido.

Em sua gênese, uma representação se apoia nas informações recebidas, nas conversas cotidianas, mas sobretudo, seu motor (aquilo que vai de fato produzindo ou motivando sua produção) é a necessidade prática das pessoas lidarem com um novo fenômeno. O mundo da ciência produz informações sobre “novos fenômenos” (quando não é a própria ciência quem produz o “novo” fato”), mas as informações não são nem distribuídas, nem recebidas, de modo homogêneo por todos os variados grupos sociais. Então, os membros de um grupo começam a se perguntar: o que fazer, como fazer, como devemos agir diante desse fato? Trocam opiniões, impressões, afetos, imagens, assim construindo um repertório coletivamente testado, validado, legitimado de condutas pertinentes. Essas condutas marcam a identidade do grupo *com relação ao próprio fenômeno social* em questão. Isso também vale para o mundo social, o mundo do chamado “senso comum”, no qual a ação de agentes, antes minoritários (MOSCOVICI, 2011; DOISE; MOSCOVICI, 1978), conseguem exercer efeitos de influência social e colocam em evidência na cena social, novos eventos, ações e crenças; e, em sequência, outros agentes passam a experimentar a necessidade de lidar com esses “novos fenômenos”. Um exemplo significativo na atual sociedade brasileira está no campo da chamada “educação inclusiva”, no qual professores da escola básica passaram a ter de lidar, nas suas salas de aula, com a presença, sustentada inclusive por novas legislações, de alunos portadores de necessidades especiais.

Assim, a situação de pesquisa, com suas estratégias pré-definidas, tem grande peso nos sentidos encontrados e torna as análises e interpretações também dependentes das interações nas quais o “conteúdo” foi coletado. No presente trabalho, pretende-se fazer um paralelo entre a entrevista clínica de pesquisa e a produção de significados no estudo de

representações sociais e apontar o uso da teoria da argumentação como estratégia para dar consistência à interpretação das metáforas produzidas pelos sujeitos.

Essa proposta se ampara em dois aspectos importantes do funcionamento das representações sociais. O primeiro vem do fato de que elas, embora se apoiem parcialmente em conceitos científicos, não se estruturam como tais, elas são “quase-conceitos” (ROUQUETTE; FLAMENT, 2003), são uma forma de conhecimento cuja natureza já havia sido apontada por Vygotsky (2001). Disso resulta que as crenças que o grupo toma como verdadeiras acerca do objeto, não se assentam em uma relação lógica com o fenômeno, mas antes em uma relação *pragmática*, de uso; ou seja, o conteúdo de uma representação social será sempre objeto de debate, uma vez que se apoia em *razões sociais* e não em razões que se submetem a um exame lógico, embora se possam encontrar operadores que se assemelham aos de sistemas lógicos.

Disso resulta que o estudo das representações sociais deveria ser sempre “aos pares”, ou, ao menos, com dois grupos de modo a tornar possível fazer comparações analíticas. Essa condição poucas vezes é atendida, muitas delas porque não é prático, não se tem acesso aos diferentes grupos, tempo ou financiamento para a pesquisa.

O segundo aspecto que se quer destacar aqui é que a rede de significados do objeto de representação (seu conteúdo) é uma construção que não tem uma forma cristalizada na mente dos membros do grupo, é um conhecimento dinâmico. Pode-se pensar que representações sociais se assemelham a “signos” que conceituam o objeto para um grupo, cujo significado tem uma base consensual, mas tem também as fronteiras abertas; trata-se de um significado que é reconstruído e expresso conforme cada situação atualizada. A representação não organiza um rol de significados fixo, pronto para ser recolhido; ela se dá como sentido (PERELMAN, 2004) na realidade social.

Alguns autores (MAZZOTTI, 2003; JODELET, 2005) vêm defendendo o uso das figuras argumentativas no estudo das representações sociais.

Uma vez que grupos reflexivos desenvolvem suas representações por meio de conversações, visando assimilar e acomodar novos objetos que lhes são apresentados, então é necessário examinar o processo argumentativo realizado nos grupos e, ao mesmo tempo, avaliar as representações sociais por meio de figuras argumentativas. As figuras argumentativas constituem um conjunto de formas de enunciação catalogadas pelos retóricos clássicos e teóricos da argumentação em nossos dias (MAZZOTTI, 2003, p.19).

Nessa visão, destaca-se o papel das metáforas na formação dos discursos e do próprio pensamento (BILLIG, 2008; MARKOVA, 2009). Voltando ao fato de que as

representações sociais são um conhecimento “que não está pronto na cabeça dos indivíduos”, elas vão sendo apresentadas, construídas e enunciadas frequentemente por metáforas *durante* a situação na qual são solicitadas, por exemplo, nas entrevistas de pesquisa. Ou seja, os sujeitos vão “elaborando” e manifestando metáforas sobre o objeto de representação (às vezes resgatando do estoque da memória coletiva) sob a influência da situação de interlocução que é, no nosso caso, uma situação de pesquisa. Ainda é preciso perguntar se a situação de pesquisa se mostra todas às vezes como uma *situação de argumentação*.

Dentre as condições prévias da argumentação, deve-se levar em consideração o desejo de persuadir, o de escutar e de se deixar convencer, a existência de uma linguagem comum ao orador e ao auditório. Em qual momento, em quais circunstâncias aparecem esses diferentes elementos [...] (PERELMAN, 2004, p. 325).

Muitas situações que envolvem o “uso” de representações sociais na vida cotidiana não contemplam todas essas condições para aplicabilidade direta de princípios da teoria da argumentação. Segundo Perelman (2004, p. 325), “conviria distinguir, a propósito disso, as condições que favorecem uma argumentação livre dos procedimentos que instituem, numa sociedade, em certos casos e para certas situações, um contato obrigatório entre orador e auditório”. Ora, Perelman (2004) raciocinou em termos de situações fortemente determinadas pelas instituições e sua força de coerção, mas não se ocupou de situações muito recorrentes que derivam do fato de que o mundo social é atravessado por normas sociais, não necessariamente institucionais; além das situações “obrigatórias”, existem aquelas que são normativas, nas quais o sujeito vai voluntariamente seguindo (por efeitos da influência do seu grupo e não por força institucional) normas grupais.

Pode-se perguntar se a “situação de livre argumentação” existe; em uma situação social, na qual as diferentes representações sociais de um mesmo objeto marcam a posição, as próprias representações atuam como um filtro anterior de leitura, avisando ao sujeito o que é desejável, frequente ou inaceitável (ROUQUETTE; FLAMENT, 2003; FLAMENT, 2001; MOLINER, 2001). Esse aspecto deve ser levado em consideração quando se objetiva estudar as representações com base na teoria da argumentação: as representações funcionam como filtros para a leitura das situações. Então, dadas as circunstâncias, o sujeito pode se perceber em uma interlocução na qual ele não tem de realizar esforços argumentativos, esforços de convencimento, se ele não tem de *ganhar a adesão* do “seu auditório” (PERELMAN, 2004; CASTRO; MAZZOTTI, 2015; CASTRO;

BOLITE-FRANT, 2011). Como exemplos, poderíamos falar de situações em que se quer elogiar, encantar, buscar afeto, situações que, embora não acarretem diretamente processos argumentativos, podem servir a eles, se tomamos um conjunto de situações vividas pelo sujeito.

Por exemplo, se o entrevistado “lê a situação” como se estivesse conversando com alguém que já compartilha suas concepções ou identidade, então as metáforas tendem a ser meramente confirmatórias, afetivas ou de estilo. Em outra possibilidade, se o sujeito interpreta a situação de tal modo que seu interlocutor é visto como alguém pertencente a um “grupo de maior poder simbólico” ou “grupo dominante” quanto à norma (por exemplo quando um professor da educação básica é entrevistado por um “doutorando” ou “professor universitário”) ele pode decidir simplesmente “ser bem visto” e manifestar *slogans* do senso comum banalizados, neutros, do tipo “politicamente correto”. O mais provável nesse caso, é ele evocar metáforas já cristalizadas em seu grupo. O sujeito pode decidir por comodidade, para não causar polêmica, por submissão ou outra razão de ordem afetiva, *se conformar* às normas da maioria (MOSCOVICI, 2011) e expressar, não o que realmente pensa, mas aquilo que acredita ser adequado à situação de pesquisa, usualmente, aquilo que “o outro quer ouvir”.

A pesquisa na clínica psicanalítica nos ensina que, no contexto da relação terapêutica, interpretar é produzir uma nova metáfora (CAMPOS, 2006) cujo objetivo não é ganhar a adesão do paciente, mas permitir que, a partir da interpretação, o sujeito possa produzir novas metáforas sobre si mesmo e se reconhecer como autor delas.

Metáforas na clínica e a produção de sentidos

Freud, ao introduzir o conceito de inconsciente, anuncia um novo tempo onde a fala passa a ser a via de acesso, por parte do homem, aos conteúdos mais íntimos e subjetivos; onde a escuta declara a singularidade do sentido dessa fala. Esse novo tempo representa verdadeiramente a situação analítica: de um lado o analisando apresenta na fala o desejo ser compreendido em sua dor, e do outro o analista que escuta essa fala por encontrar nela a resposta para o desconhecido.

Inicialmente, Freud recorreu à hipnose para fazer perguntas aos seus pacientes sobre a origem de seu sintoma, colocando ao seu alcance o conhecimento que não havia em sua vida de vigília. Porém, ele percebeu que a “cena traumática” não era a causa da neurose, mas o caráter particular que cada sujeito dá a ela, no qual envolve fantasias e representações de quem viveu o trauma, bem como as repercussões desse fato na vida da

pessoa. O conflito não podia ser vivido na relação do analista com o paciente, ou seja, na esfera da transferência (FREUD, 1915).

Para Freud (1920, p. 31), tornou-se cada vez mais claro que o objetivo que fora estabelecido – do inconsciente se tornar consciente – não era alcançado por esse método. “O paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha recalcado, e o que não é possível recordar pode ser exatamente a parte essencial”. Freud também explica que o hipnotismo foi adotado para superar a resistência do paciente, pela insistência e pelo estímulo, sendo indispensável para finalidade de lhe proporcionar um primeiro apanhado geral do que era de se esperar, mas posteriormente, a técnica passou a ser um esforço desnecessário.

A própria experiência clínica levou Freud repensar seu método de investigação. Em resposta às solicitações insistentes em busca da origem do sintoma, Freud foi surpreendido por sua paciente. Laplanche destaca esta passagem onde a paciente diz “... que ele não deve ficar sempre perguntando de onde vem isto ou aquilo, mas deixá-la contar o que tem para contar” (LAPLANCHE, 1992, p. 39). Com isso, ao invés de pedir ao paciente que diga algo sobre um determinado assunto, Freud passa a solicitar ao mesmo que se entregue a um processo de associação livre. Esse método consiste no analisando dizer o que lhe vier à cabeça, tudo o que ocorrer à sua autopercepção, sem dar margem a objeções críticas que procurassem por certas associações de lado (FREUD, 1915, 1923).

A fala toma um lugar de destaque. Nela, a lógica consciente se torna falha e algo diferente se torna presente. O sujeito ao falar, diz mais do que aquilo que se propunha. Dessa forma, “o que desejamos ouvir de nosso paciente não é apenas o que ele sabe e esconde de outras pessoas; ele deve dizer-nos o que não sabe” (FREUD, 1940, p. 201).

Freud (1923) conseguiu demonstrar que certos atos mentais comuns, de pessoas normais, tinham um significado desconhecido para o sujeito, mas era possível serem descobertos na análise. Os fenômenos em questão tratavam-se de esquecimentos temporários de palavras e nomes familiares, de lapsos cotidianos da fala e da escrita, leituras erradas e perdas, colocações erradas de objetos, exemplo de danos de si próprio sem intenção, movimentos habituais efetuados sem perceber ou brincando, melodias murmuradas sem pensar etc.

A atenção flutuante é necessária à escuta da associação livre, o que constitui a regra fundamental. De um lado, o paciente deve comunicar tudo o que lhe ocorre, sem crítica ou seleção. Do outro, o analista deve conter todas as influências conscientes de sua

capacidade de prestar atenção, e se entregar à memória do inconsciente, mantendo a mesma atenção uniformemente suspensa (FREUD, 1912).

O analista, de acordo com Freud (1923, p. 291), deve evitar reflexão e a construção de expectativas conscientes ou priorizar qualquer elemento do discurso do analisando, podendo dessa forma “aprender o curso do inconsciente do paciente com o seu próprio inconsciente”. Selecionar o material apresentado pelo analisando implicaria então em fixar particularidades e negligenciar outras sobre as inclinações e expectativas unicamente do analista (FREUD, 1912).

Alonso (1988, p. 38), ao referir-se a proposta de Freud da criação de uma regra fundamental, diz que esta tem como efeito um “desfraldar da palavra”:

No seio da associação livre vai-se produzindo um deslocamento da imagem, do fato como fixo, e este vai-se incluindo em múltiplas imagens caleidoscópicas cujas combinações possíveis se multiplicam e onde o ritmo, a cadência, a intensidade maior de alguns fonemas, a excitação explícita no gaguejar de uma palavra, o sentido duvidoso de uma frase mal construída, tudo isso vai dando tonalidades diferentes a essas figuras que não passam despercebidas à escuta sutil da atenção flutuante.

A análise do material do paciente, como alvo de uma análise de “produção de sentidos” é visto na psicanálise como o problema da verdade do sujeito. Temos então duas posições. A primeira, muito difundida em psicoterapias de fundamento cognitivo, afirma que quando o paciente fala, existe desde antes uma verdade alojada nesta fala, verdade (ou sentido, para ficar mais homogêneo à discussão que traçamos aqui) que se apresenta distorcida, escondida. Ou porque o sujeito não consegue enxergá-la ou não se reconhece nela. Nessa posição, o tratamento psicológico (a psicoterapia) se funda na teoria da referência: a fala do sujeito tem uma referência de significado que já está lá. A tradução/interpretação do terapeuta vem no sentido de “corrigir” as informações distorcidas e dar ao sujeito a oportunidade de se confrontar à verdade e elaborar seus afetos com relação a ela.

A segunda posição é a psicanalítica, que concebe o significado (a verdade) como dependente (inerente) do dispositivo, ou seja, da situação analítica (da relação intersubjetiva particular que, em psicanálise se chama *transferência*): o sujeito constrói a verdade sobre si, à medida em que fala de si, no interior de relação de troca intersubjetiva que é a análise. É nesse sentido que a psicanálise foi chamada de “*talking cure*” ou “cura pela fala”, baseada na técnica da associação-livre.

Voltando ao problema da produção de sentido na pesquisa de representações sociais, o modelo de “produção da verdade” na prática e na pesquisa psicanalíticas serve como metáfora. No caso da clínica, interpretar é produzir uma metáfora, uma analogia de um sentido existente como eco da fala do paciente na escuta do analista. Pode-se dizer que o efeito da interpretação é a produção de um novo sentido pelo paciente, acerca de suas verdades, seus sofrimentos; no entanto o que ocorre de fato, é a transformação do sentido anterior em verdade, agora integrada ao conjunto de experiências do eu.

Esses breves apontamentos sobre a prática clínica, indicam duas coisas: a) como o sentido é construído, mais do que “descoberto” dentro de uma relação; b) como as práticas clínicas (e não somente a psicanálise) se deparam com grandes embaraços quando pretendem fazer pesquisa fora da relação terapêutica, uma vez que a situação de pesquisa e a relação pesquisador-pesquisado (entrevistador-entrevistado) são muito estranhas à relação psicoterapeuta-paciente. Nesse último caso, o sujeito (paciente) fala porque é movido pelo seu sofrimento. No caso da pesquisa, o sujeito é solicitado, chamado, “convidado” (como em pesquisas dentro de escola) a falar em resposta a uma demanda do entrevistador, pesquisador.

Representações sociais, sentido e sujeito

Alguns pesquisadores do campo da TRS têm buscado recuperar a dimensão da subjetividade nos estudos desses fenômenos. Um dos caminhos propostos é o das entrevistas baseadas nas narrativas de “histórias de vida”, que se assemelham às *entrevistas abertas* ou “narrativas” colhidas pelos pesquisadores de psicologia clínica ou do campo da saúde mental (MIRANDA; ONOCKO-CAMPOS, 2010). Esses pesquisadores tomam as narrativas (que não são direcionadas, mas se desenrolam ou desencadeiam a partir da experiência com um evento patológico, como a obesidade, ou psicopatológico, como a psicose) como expressões das experiências subjetivas e tentam re-encaixá-las na temporalidade humana compartilhada.

Para Ricoeur (1997), a narrativa é uma mediação entre a ação vivida e a linguagem, sendo que esta última se configura como um limite para trazer plenamente de volta a experiência; algo do vivido se perde ao ser narrado, pois muda a temporalidade. Aquilo que foi experienciado na esfera da relação sujeito-mundo (externalidade), em um temporalidade compartilhada (pode-se dizer, em certo sentido, temporalidade *pública*) é reconstruído em uma temporalidade profunda ao ser narrado. Na narrativa, os sentidos da experiência já vão sendo transformados por outro referente, que inclui aquele ao qual a

narrativa se destina, ainda que interno, que alguns chamam de “subjetividade”, mas de fato é sempre, intersubjetividade pois ninguém faz uma narrativa para si mesmo.

Com as representações sociais não parece ser esse o funcionamento. Uma “narrativa” para estudar objetos de representação social deveria colher as experiências intersubjetivas *na relação com o objeto*, e fazer emergir os sentidos que cada sujeito produz nas interações em que o objeto circula ou circulou. Para se falar de “representação social”, a referências dos sentidos produzidos deve ser um significado compartilhado.

Como saber se as metáforas produzidas em uma narrativa são compartilhadas? Trata-se de metáforas acerca do “eu no mundo” ou metáforas que tomam valor de traços de uma *trajetória* do eu com relação a um aspecto do mundo, que é o objeto de representação?

Nerlich (1998) retoma as ideias de Lambert (1764, apud NERLICH, 1998) para apresentar um esquema de análise da produção de sentidos através da formação de metáforas e metonímias, no qual: a) aparecem ligações entre objetos ou eventos e palavras, promovendo generalizações, ou seja conjuntos de relações entre objetos e entre estes e as palavras, associações por metonímias; b) são produzidas comparações, analogias entre os conjuntos (metáforas); c) por fim aparecem as definições, nas quais se demarca o sentido dado por conjuntos de signos (palavras), ou seja, por proposições. Nesse “modelo”, as mudanças ou flutuações de sentidos se dão por novas metonímias, metáforas ou sinédoques.

Em seguida, Nerlich (1998) aponta que a retórica teve uma influência diferida sobre o estudo das metáforas e metonímias, ao longo da história e distingue grandes períodos, chamados de *vagas*, desde a *retórica da antiguidade*, às influências do historicismo, do cognitivismo filosófico, do romantismo, dos psicologismos, até a retórica cognitiva atual, da retórica afetiva e do estruturalismo; passando pelo ressurgimento e recombinações de vagas passadas.

Na semântica histórica fundava-se na metáfora e na metonímia como mecanismos da mudança de sentido, mecanismos, eles mesmos, percebidos como sendo fundados nas leis de associação das ideias. Este tipo de associacionismo tinha sido popularizado por Hume, Harttley, John Stuart Mill e Galton [...]. Mas o empirismo e o associacionismo inglês, bem como a psicologia mecanicista de Herbart foram rapidamente substituídas na psicologia por teorias psicológicas mais complexas, como por exemplo a psicologia experimental e voluntarista de Wundt, na Alemanha, e a psicologia da atividade mental de um Paulham (1889), na França [...] (NERLICH, 1998, p. 14).

Entrou em jogo a disputa entre as concepções das metáforas (e metonímias) como associação de palavras e coisas e as concepções das metáforas como associação de ideias. Depois de Paulham, entra também, uma visão pragmática do sentido como dependente da ação e do contexto; ou a visão de Bergson, valorizando os afetos na construção das metáforas e metonímias, ou seja, na construção do sentido.

Voltando ao problema da produção de sentidos na pesquisa de representações sociais, parece produtivo pensar que há diferentes olhares da retórica (ou diferentes *vagas* da influência da retórica sobre os variados campos da semântica, da semiótica, da linguística, da psicologia dentre outros) sobre a construção de sentidos: as metáforas podem ser analisadas de forma pragmática e contextual, ou como esquemas cognitivos (LAKOFF; JOHNSON, 1980) ou até como “signo afetivo”.

Os campos da semiótica, da semântica e da retórica são inspiradores, mas não se pode esquecer que o estudo das representações sociais busca um conjunto de signos que dão significado ao objeto representado; através da análise de relações entre discursos-proposições-contextos procura-se chegar à associação de ideias que especificam, para um grupo social, como se define (significado) um fenômeno e como agir *para com*, ou *em relação a* ele. Para Moscovici, a base para a objetivação é a formação de um *Núcleo Figurativo*, como uma “metáfora central”, de fato, uma “metáfora inicial” que organizará o processo pelo qual, doravante, os elementos serão selecionados, organizados em categorias, até consolidar também um “significado” (ABRIC, 1987; LIMA; CAMPOS, 2020).

Assim, na análise de uma representação social, é preciso considerar o critério da relevância do consenso funcional de seus elementos para um dado grupo reflexivo. A esse critério é preciso agregar o da *prática*, pelo qual não se separa a ação da representação, uma vez que a ação é parte de uma representação e não sua consequência (MAZZOTTI, 2003, p. 90).

Assim, a análise das metáforas que compõem uma representação social não pode ser nem somente do tipo figurativo, nem somente do tipo semântico, ou como se ela fosse “pura figura de linguagem”: aqui, as metáforas têm de ser tratadas como uma mediação entre o objeto e a ação do grupo *aferente ao objeto*.

Uma inovação semântica é uma maneira de responder de modo criativo a uma questão colocada pelas coisas; em uma certa situação de discurso, em um dado meio social e em um momento exato, alguma coisa solicita de ser dita que exige um trabalho de fala, um trabalho de fala por sobre a língua, que afronta as palavras e as coisas. Finalmente, trata-se de uma nova descrição do universo de representações (RICOEUR, 1975, p.161).

Para Ricoeur (1975), é no interstício da língua, da fala e das coisas que nós criamos metáforas e metonímias. Para nós, essa afirmação deve ser acrescida, quando se refere ao mundo social: no mundo dinâmico das interações entre agentes sociais, esse “interstício” do qual se refere Ricoeur é produzido pela ação, pelas *práticas sociais*.

Metáforas e a produção de sentidos do objeto de representação social

A noção de *ancoragem* nos lembra que, ao lidar com um fenômeno social importante que desafia ou ameaça, um grupo social vai produzir ações em direção a esse fenômeno e é no interior dessa dinâmica que são produzidos significados para esse mesmo fenômeno, que aqui apreendemos sob o olhar da Teoria das Representações Sociais. A gênese de novos significados não ocorre em um vácuo cultural ou semiótico, mas dentro de um contexto de elementos (sistemas de valores, crenças, normas, ideologias) pré-existentes, dos quais alguns são selecionados, recombinaados e atribuídos em uma reconstrução. “Inscurendo, desde sua origem, a representação em uma rede de significados específicos, orientando assim sua instrumentalidade, o processo de ancoragem vai então determinar as relações do grupo para com o objeto” (MOLINER, 1996).

Sabe-se que um processo complexo de *categorização* é colocado em marcha, na produção de significados associados ao objeto. Embora uma representação social observe semelhança com uma *categoria social* (BILLIG, 2008), como uma espécie de “conceito social” do objeto, isso pode dar uma ideia limitada ou equivocada das representações sociais, que são “verdadeiras teorias do senso-comum” (MOSCOVICI, 1984), elas têm funções mais amplas que uma categoria semântica; no mínimo seria razoável dizer que se tratam de *categorias complexas*. De fato, definir de modo reducionista uma representação social como “categoria social” cognitiva ou linguisticamente seria esquecer a dimensão prescritiva da representação social (MOSCOVICI, 2003; FLAMENT, 2001; BRAGA; CAMPOS, 2016); ou seja, elas são um “conceito” ou “categoria” em ação, e por tal dinamizadas na interação social.

Então, podemos fazer um paralelo entre a construção do significado dos fenômenos sociais, neste caso, dos objetos de representação social e o processo de construção de categorias sociais. Nesse cenário, as ações (que se tornam *práticas sociais* à medida que se consolidam histórica e culturalmente como consensuais, comuns, coletivas) são acompanhadas por um denso processo de comunicação, de trocas comunicativas. Nesse ponto, reencontramos a perspectiva de tomar as figuras de linguagem como

organizadoras das representações sociais, uma vez que nas trocas comunicativas os indivíduos vão repetindo ou produzindo metáforas (como expressões linguísticas); e o uso de figuras de linguagem é a base da conversação cotidiana; ou dito de outro modo, a estruturação mesma do nosso pensamento tem por base a elaboração, negociação, transformação, consolidação de *analogias* (MARKOVA, 2009).

Metáforas são analogias condensadas. Os processos pelos quais se comparam objetos sobre os quais se deseja falar, na comunicação do dia a dia, tendem sempre a ser econômicos. Trata-se de uma necessidade nas interações do mundo atual. Somos convidados a falar sobre objetos pouco conhecidos e para os quais devemos nos posicionar. Esses processos condensam uma rede de significados concretizando evocações do objeto. As metáforas, sobretudo, têm como característica fundamental a evocação de imagens, tornando suas evocações processos mais econômicos para a premência característica dos novos tempos.

Resta, então refletir sobre quais “analogias” (significados) são preservadas, passando a ser inscritas em uma dinâmica de sistematização categorial, ou seja, construção de um sistema de conhecimentos que é uma representação social; e quais serão simplesmente descartados ou permanecerão restritamente “subjetivos” ou idiossincráticos, sem se tornarem *consensuais*?

Questões acerca do “Núcleo Figurativo” e das metáforas: para concluir

Essas questões apontam um vasto campo de novas investigações na fronteira entre psicolinguística e psicologia social. Porém, com o foco na construção dos significados associados ao objeto de representação social, sem se afastar da vertente de estudo das metáforas, sugerimos aproximar duas questões teóricas:

- 1) Moscovici (1978) define o *Esquema Figurativo*, que Jodelet (1984) consolidou como “núcleo figurativo”, como uma *figuração* do objeto, parecendo indicar um tipo de “imagem mental” do objeto. Essa imagem é resultado do processo de objetivação. “Ora, objetivar é encorajar a produção de imagens, pois, por definição os objetos concretos são perceptíveis e, assim, reproduzíveis sob a forma de imagens. Enfim, o processo de analogia que constitui o motor do pensamento ingênuo repousa sobre a busca de semelhanças entre objetos diferentes” (MOLINER, 1996, p. 110). A criação e seleção de metáforas é um processo constituinte do Núcleo Figurativo e do conjunto de significações

associadas ao objeto. O incômodo vem do modo como o autor tratou as noções de imagem e de representação, evocando de modo indeferenciado as duas noções para falar da psicanálise (LIMA; CAMPOS, 2020; MOLINER, 1996), levando a outro problema: o núcleo figurativo é organizado (de fato, estruturado) em termos de metáforas? As dificuldades crescem quando se tenta analisar o exemplo do “*Esquema Figurativo*” da Psicanálise, no qual Moscovici (1978) aponta quatro elementos como componentes do esquema: consciente, inconsciente, recalçamento, complexo. Muitas questões ficam em aberto sobre esse “nódulo” de significados, esta base que deveria sustentar a especificidade e “concretude” do significado da psicanálise: a) como a ideia de “tratamento” ou “cura psicanalítica” para ser fiel ao jargão do campo, “desapareceu” na construção do significado *organizador* da psicanálise, sendo que ela era, naquele período histórico no cenário francês, uma prática médica? Estaria a sociedade francesa “imune” ao fato de que a psicanálise surge como uma forma de tratamento de doenças mentais?; b) o “complexo” – ou a *pessoa complexada* – é o que dá concretude à representação ou é a noção de *recalçamento*, que é um conceito muito abstrato e especializado na teoria psicanalítica; por que os franceses não preferiram o termo “repressão” já presente na cultura e muito forte nas artes? ; c) como Moscovici chegou a esses elementos, como foram extraídos?; d) é um único esquema figurativo para todas as populações estudadas, então só existiria *uma única* representação social da psicanálise na sociedade francesa, a despeito das grandes diferenças entre as posições sociais dos grupos entrevistados?; e), por fim, *este* esquema é uma metáfora, é organizado por metáforas?

- 2) A visão do processo de objetivação e da relação entre o núcleo figurativo e o chamado “núcleo central” voltaram a ser discutidos mais recentemente (LIMA; CAMPOS, 2020).
- 3) Uma distinção já proposta por Paulham (1889) e outros, entre os sistemas de ideias e os sistemas linguísticos é atualizada por Lakoff e Johnson (1980) na distinção entre metáforas conceituais e metáforas linguísticas; distinção na qual as primeiras constituem a estrutura mesma dos nossos sistemas conceituais e culturais, estando na nossa mente sob a forma de proposições e raramente são enunciadas. Já as metáforas linguísticas são encontradas nas trocas comunicativas cotidianas e são encaixadas em categorias com base na

familiaridade dos objetos e das analogias e passam a compor (tomar parte) no sistema organizado em torno das metáforas conceituais.

A chamada perspectiva cognitiva das metáforas de Lakoff e Johnson (1980) já foi criticada, especialmente pela concepção das metáforas conceituais como *universais* da cultura; segundo a ideia de que elas “já estão na mente das pessoas”, preexistem em todas as culturas. Para eles, as metáforas conceituais são uma forma naturalizada socialmente de se falar do objeto. Significa que o grupo social a utiliza privilegiadamente, já que é “natural” falar desse jeito. Um bom exemplo foi examinado por Mazzotti (2002), que analisou a metáfora do *percurso* para se referir à Educação. Conduzir o aluno, sem desvios do caminho, é um modo de natural de se falar de Educação, trata-se de uma metáfora que organiza o próprio conceito.

Na tentativa de estudar a construção de significados dos objetos de representação social, podemos sugerir tomar as metáforas conceituais não como “universais de uma cultura”, mas como *consensuais* em um grupo. Assim é razoável supor que o núcleo figurativo de uma representação social seja composto por metáforas de um tipo especial, nem tanto por suas características imagísticas, mas sim mais por serem descritivas, abstratas, conceituais, podendo assim responder à função de organização e de normatização (FLAMENT, 1999, 2001). Nesse cenário, o processo de categorização das metáforas produzidas na vida cotidiana, em abundância e sem limites diga-se, de um grupo, tem *ao menos* dois operadores lógicos: 1) as “intenções” ou interesse do ator social (tomando como metáfora o desejo do paciente de reatualizar seus conflitos, ou “complexos”, e que procura a cura analítica) e o contexto de interlocução grupal são *condicionantes* na gênese e transformação dos significados; 2) as metáforas são integradas ou não ao sistema de ideias do grupo associadas ao objeto, com a *sanção das práticas*. “Uma representação é um *corpus* de conhecimentos fundado sobre tradições partilhadas e enriquecido por milhares de observações, de experiências, sancionadas pela prática” (MOSCOVICI; HEWSTONE, 1984, p. 542).

Pode-se pensar uma representação social como um sistema semiótico, construído por metáforas e metonímias do objeto; mas a própria representação social é em si uma metonímia de um sujeito coletivo e, disso, emerge outro problema, acerca de como interpretar significados sem relegar a segundo plano a identidade e as práticas grupais, sobrepondo alguns processos constitutivos do objeto a outros de teor mais pragmáticos.

Referências

- ABRIC, J. C. **Cooperation, compétiton et representations sociales**. Cousset/Suisse: Editions Del Val, 1987.
- ALONSO, S. L. A escuta psicanalítica. **Revista Percurso**. São Paulo, 1988.
- BILLIG, M. **Argumentando e pensando**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRAGA, C. F.; CAMPOS, P. H. F. **Representações, comunicação e imagem social do professor: impacto nas ressignificações identitárias**. Goiânia: KELPS, 2016.
- CAMPOS, D. T. F. Metáforas na fala do paciente: analogia cognitiva ou equivocidade sonora. **Revista brasileira de Psicoterapia**, v. 1, n. 1, p. 39-45, 2006.
- CASTRO, M. R. de. (Org.). **Investigação do trabalho docente: sujeitos e percursos**. Rio de Janeiro: Caetés, 2012.
- CASTRO, M. R.; BOLITE-FRANT, J. **Modelo da Estratégia Argumentativa: análise da fala e de outros registros em contextos interativos de aprendizagem**. Curitiba: UFPR, 2011.
- CASTRO, M. R.; MAZZOTTI, T. B. Analyse argumentative sur l' accès à des processus dynamiques des représentttions sociales. **Argumentum**, v.13, n.2, p. 99-115, 2015.
- ECO, U. **Sémiotique et philosophie du langage**. Paris: PUF, 1988.
- FLAMENT, C. La représentation sociale comme système normatif. **Psychologie et société**, v. 1, n. 1, p. 29-53, 1999.
- _____. Pratiques sociales et dynamique des représentations. In: MOLINER, Pascal (Ed.). **La dynamique des représentations sociales**. Grenoble: PUG, p. 43-58, 2000.
- FREUD, S. (1912). A dinâmica da transferência. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. 12, p.133-148, 1990.
- _____. (1915) **Observações sobre o amor transferencial**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. (1920) Além do princípio do prazer. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, v. 18, p.17-90, 1990.
- _____. (1923) Observações sobre a teoria e prática da interpretação de sonhos. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 19, p. 124-136, 1990.
- _____. (1938) A técnica da psicanálise. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 23, p. 199-210, 1990.
- JODELET, D. Représentations sociales, un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.

_____. Les représentations sociales : phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1984.

_____. Experiência e representações sociais. In: MENIN, S. S.; SHIMIZU, A. M. (Orgs.). **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras, 1980.

LAPLANCHE, J. **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, R. P. de C.; CAMPOS, P. H. F. Núcleo figurativo da representação social: contribuições para a educação. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

MARKOVA, I. **Dialogicidade e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAZZOTTI, T. B. Metáfora: figura argumentativa central na coordenação discursiva das representações sociais. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. da S. (Orgs.). **Representações sociais e práticas educativas**, Goiânia: PUC-Goiás, 2003.

_____. A metáfora PERCURSO no debate sobre políticas educacionais no Brasil contemporâneo. In: Vale, J. F. M. et al. (Org.). **Escola pública e sociedade**, São Paulo: Saraiva/Atual, 2002.

MIRANDA, L.; ONOCKO-CAMPOS, R. T. Narrativa de pacientes psicóticos: notas para um suporte metodológico de pesquisa. **Revista latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v.13, n. 3, p. 441-456, 2010.

MOLINER, P. Formation et stabilisation des représentations sociales. In: MOLINER, P. (Ed.). **La dynamique des représentations sociales**. Grenoble: PUG, 2000.

_____. **Images et représentations sociales**. Grenoble: PUG, 1996.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image, son public**. Paris: PUF, 1978.

_____. **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1984.

_____. Answers and questions. **Journal for the Theory of Social Behavior**, v. 17, n. 4, p. 513-519, 1987.

_____. **Representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, S. ; HEWSTONE, M. De la science au sens commun. **Psychologie sociale**, Paris: PUF, p. 539-566, 1984.

NERLICH, B. La métaphore et la métonymie: Aux sources rhétoriques de la sémantique moderne. **Sémiotiques**, v. 14, p. 143-170, 1998.

PAULHAM, F. L. **Activité mentale**. Paris: ALCAN, 1889.

PERELMAN, C. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **As culturas e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROUQUETTE, M. L.; FLAMENT, C. **Anatomie des idées ordinaires**. Paris: Armand Colin, 2003.

SOUSA, C. P.; VILLAS BÔAS, L. P. S. Representações sociais sobre o trabalho docente: introdução. In: SOUSA, C. P., PARDAL, L. A.; VILLAS BOAS, L. P. S. **Representações sociais sobre o trabalho docente**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.

VYGOSTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

Submetido em 12/03/2020

Aprovado em 05/08/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)